

REPENSAR A LUTA CONTRA A POBREZA: Os Sentidos do Senso Prático

RETHINK THE FIGHT AGAINST POVERTY: THE SENSES OF PRACTICAL SENSE

João Matheus A. Dallmann¹
Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

RESUMO

Cerca de 9,5 milhões de pessoas atualmente no Brasil vivem com menos de um dólar ao dia. Ainda que tenhamos tido um grande avanço na assistência social brasileira, a erradicação da pobreza e da extrema pobreza parece um lugar distante no horizonte. Este artigo propõe uma reflexão sobre a eficácia da luta contra a pobreza e, se de alguma maneira, seu fracasso não está localizado nas próprias concepções teóricas que encarna. Se tais concepções fracassam, na prática cotidiana elas podem sofrer anomalias que causam ainda mais danos no enfrentamento à pobreza. Em outras palavras, a hipótese é que ao partir de uma perspectiva monetarista os programas sociais das últimas décadas acabam por não enfrentar empecilhos culturais muito específicos do trabalho na assistência social. Assim, não fazemos a pergunta “Como erradicar a pobreza?”, mas a pergunta: “Quais os significados de pobreza e de desigualdades sociais para docentes, funcionários públicos, gestores de políticas sociais?”.

Palavras-chave: Pobreza. Desigualdades. Questão social. Assistência. Sociologia da pobreza.

ABSTRACT

About 9.5 million people currently in Brazil live on less than a dollar a day. Although we have had a major breakthrough in the Brazilian social welfare, eradicating poverty and extreme poverty seems a distant place on the horizon. This article proposes a reflection on the effectiveness of the fight against poverty and, somehow, their failure is not located in the very theoretical concepts it embodies. If these fail concepts in everyday practice they may suffer anomalies which still cause more damage in fighting poverty. In other words, the assumption is that when from a monetarist perspective social programs in decades end up not face very specific cultural impediments work in social care. So, we do not ask the question “How to eradicate poverty?” But the question “What are the meanings of poverty and social inequality for teachers, civil servants, managers of social policies”.

Key-words: Sociology of poverty. Poverty. Inequality. Social issues. Counseling.

¹ João Matheus Dallmann é doutor em Sociologia Política pela UFSC, assim como professor do Departamento de Ciências da Saúde na UFSC, Campus Araranguá, e líder do ìlera – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia da Saúde. CV:<http://lattes.cnpq.br/3713036740385617>

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende compreender os sentidos das ideias sobre pobreza presentes nos discursos de atores no campo da assistência social do estado de Santa Catarina. Foram entrevistadas 435 pessoas, entre elas, professores e membros das equipes pedagógicas das redes municipal e estadual, coordenadores e gestores municipais e estaduais do Programa Bolsa Família em todas as macrorregiões do estado. As entrevistas foram realizadas em abril de 2015, por meio de questionário *on-line*, e respondidas de forma anônima. Neste artigo, discutiremos questões respondidas pelos participantes, essas questões foram discursivas e indagavam sobre a percepção acerca da pobreza, das causas da pobreza individual e do seu entendimento sobre o que são as desigualdades sociais.

O método utilizado foi o de análise de discurso, a fim de apreender a frequência de termos e a lógica que se desenvolve no conteúdo das respostas. Tal método possibilita a reflexão dando primazia àquilo que emerge como visão de mundo dos sujeitos. Desse modo, não se pretende homogeneizar os discursos dos participantes, mas, sim evidenciar a polifonia de práticas concretas no combate à pobreza e às desigualdades sociais. Ao fazermos isso, colocamos elementos socio-culturais importantes para repensar a “luta contra a pobreza” e a inter-relação entre os atores institucionais e os sujeitos pobres.

As entrevistas que aqui analisamos foram realizadas no âmbito do curso de especialização em “Educação, Pobreza e Desigualdades sociais”, oferecido aos profissionais de educação e de assistência social do estado de Santa Catarina, numa parceria entre a Secretária de Educação Continuada,

Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A intenção dessa especialização é a de formar profissionais graduados para o trabalho direto e indireto com beneficiários do Programa Bolsa Família. O conjunto de resultados do questionário foi recentemente publicado em forma de livro (AVERSA; DALLMANN; GARCIA, 2017).

SENTIDOS TEÓRICOS NA LUTA CONTRA A POBREZA

O atual debate acerca da necessidade ou não de existirem programas de alívio à pobreza, sua viabilidade, efetividade etc., requer a compreensão de alguns fenômenos fundamentais. Se por um lado os programas de proteção social se justificam pelas incertezas da sociedade contemporânea, uma sociedade do risco (desemprego, violência, exclusão social, instabilidade política e econômica), por outro, devemos reconhecer e questionar as diferentes ações empregadas na diminuição dos riscos, isto é, para diferentes riscos constituíram-se diferentes formas de gestão e governabilidade. Além disso, conforme escreve Paugam *et al.* (2017), é tarefa importante na atualidade compreender as correlações de forças que tencionam a existência e a permanência de políticas públicas de combate às desigualdades: “Como explicar sociologicamente o que pode aparecer [...] como uma hostilidade dos ricos ao princípio de solidariedade aos mais [desfavorecidos]?” (PAUGAM *et al.*, p. 7-8). Nesse sentido, mostra-se a reflexão a respeito da luta contra a pobreza, um aspecto fundamental sobre as características de sociabilidade do nosso tempo.

Advém das características de uma população a diversidade de instrumentos de proteção social através da transferência monetária. No Brasil contemporâneo, a proteção social é contributiva (seguro-desemprego e aposentadoria) ou não contributiva (relacionada aos aportes complementares de renda para as populações consideradas pobres). No interior da proteção social não contributiva temos a proteção universalizada (para toda população de um país) e a proteção focalizada (para camadas específicas de uma população). A proteção universalizada é constituída por uma gama de serviços sociais que vão desde os serviços básicos, como educação, saúde, até os relacionados a categorias específicas, como previdência social, carteira de trabalho etc. A proteção universalizada é mais comum nos países onde o estado de bem-estar social perdurou mais tempo na agenda política, mesmo com seu desmantelamento a partir dos anos 1990, se manteve na cultura programática dos partidos de esquerda e centro-esquerda da Europa. Foi na virada dos anos 1990, com o retorno à democracia na América Latina em meio ao acirramento do projeto neoliberal, que as políticas focalizadas emergiram.

Diz-se focalizada a política social implementada através de um programa que se desenvolve em três etapas: 1) A escolha dos mais pobres entre os pobres, aqueles que sozinhos não conseguem quebrar os ciclos intergeracionais de pobreza; 2) Àqueles escolhidos se fornece por meio de transferência direta de renda uma quantia monetária mínima por filho em idade escolar, assim com pouco mais de um dólar ao dia, essa família precisa garantir a frequência escolar das crianças e o acompanhamento de saúde da família; 3) Na última etapa, espera-se que os beneficiários acedam ao emprego formal como porta

de saída, visto que as políticas focalizadas se caracterizam por serem temporárias.²

O ponto de partida desta análise está localizado na unificação dos programas sociais existentes até o ano de 2004. Por meio de um decreto presidencial, o então presidente, Luís Inácio Lula da Silva criou o programa Bolsa Família (PBF). Naquele momento o programa social consistia em transferir renda monetária direta para famílias pobres do Norte e Nordeste do país sob a titularidade preferencialmente feminina, seja a mulher mãe ou cuidadora responsável por crianças de até 16 anos. Inicialmente o PBF atenderia até três crianças por família e tinha por contrapartida a condicionalidade escolar, isto é, as crianças até 16 anos deveriam ter frequência escolar de 85%, 10% a mais do que estudantes não beneficiários. Hoje, o PBF vem passando por reformulações e cortes de orçamento, entretanto, grande parte das famílias beneficiárias ainda se mantém no programa.

A reconfiguração da proteção social com a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência seguiu as diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU), delimitada na carta de 2005 intitulada “8 objetivos do Milênio”. Nesse documento, a ONU orienta os governos dos países em desenvolvimento, principalmente Brasil, México, Argentina, Índia, Moçambique e Chile, à criação de programas sociais baseados na transferência direta com condicionalidades nas áreas de saúde, de educação e de emprego. Cada país seria autônomo para estabelecer os critérios

² Essas etapas do processo de transferência condicionada de renda são aspectos centrais na proposta de repensar a luta contra a pobreza, entretanto neste artigo tratar-se-á apenas do aspecto discursivo desse processo, discutindo-o no âmbito dos funcionários estatais ligados diretamente à assistência, à educação e ao gerenciamento de políticas públicas.

de participação da população, no entanto, deveriam prevalecer o acesso obrigatório aos serviços básicos de saúde e de controle de doenças, bem como, o acesso obrigatório ao ciclo básico educacional (no Brasil representado pelo ensino fundamental e médio). A escolha dos participantes dos programas se baseava, e, até hoje permanece assim, por meio de uma linha monetária, a chamada linha da pobreza. Tal linha, conhecida internacionalmente por ter sido desenvolvida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), delimita a pobreza segundo aspectos puramente monetários e estatísticos. Desse modo, a partir de 2004 foram consideradas pobres as pessoas que viviam com até um dólar per capita ao dia.

Mediante o exposto, fica evidente o tipo de política social existente no Brasil contemporâneo. Em suma, temos programas sociais de governo encarnados na forma “bolsa família”, focalizados na população pobre e extremamente pobre, que, hoje se estima ser de 54 milhões de pessoas,³ isto é, uma a cada quatro pessoas no Brasil recebe benefício do PBF. São, portanto, 13,7 milhões de famílias atendidas nos postos de saúde, nos centros de referência e de assistência social, locais onde é feita a fiscalização e o cumprimento de algumas condicionalidades (BRASIL, 2018).

É, portanto, nos espaços sociais da assistência onde se desenham os sentidos práticos da transferência de renda aos pobres. É neles onde se estabelecem os vínculos afetivos entre beneficiários e gestores, mas é neles também, onde inúmeras visões de mundo sobre a pobreza se expressam de forma a moldar os sentidos da assistência, transformando-a em combate à pobreza. Desse modo, neste artigo,

³ Neste número não estão incluídas as 9,5 milhões de pessoas do país que estão abaixo da linha de pobreza.

analisaremos algumas expressões cotidianas sobre a pobreza e a assistência social (aqui vista como mera transferência de renda através do PBF), no intuito de compreender, por meio da sociabilidade, algumas representações sobre o “outro”, sobre o pobre considerado objeto da assistência.

POBREZA COMO “SITUAÇÃO INDIVIDUAL”

As falas utilizadas neste artigo foram produzidas por funcionários públicos de Santa Catarina, assim, encontraremos algumas frases de agentes educacionais, professores, gestores e coordenadores municipais e estaduais do PBF e membros das equipes pedagógicas das escolas públicas de ensino básico. Esta seção analisa as respostas dos entrevistados para uma pergunta simples: O que é pobreza? Numa análise inicial salta aos olhos a ocorrência da palavra “falta”. Entendida como ausência de algo, a pobreza, em geral, é vista como a falta de recursos básicos para a sobrevivência, delimitando o campo da pobreza através da sua contraposição, a riqueza. Nas 435 respostas, a pobreza é caracterizada como “falta de oportunidades” 92 vezes. Os participantes afirmam que a situação de pobreza é definida pela ausência de uma oportunidade individual que faça com que o sujeito pobre possa romper com a sua situação de pobreza. A “falta de oportunidades” aparece sempre relacionada, desse modo, com a ideia de formação de capacidades profissionais, a pobreza nas palavras de um dos respondentes é “a falta de iniciativa pessoal em buscar oportunidades de formação escolarizada e profissionalizante” (agente

educacional). Essa visão é corroborada com a ideia de “ciclo vicioso”; para almejar o “crescimento” os pobres precisam conscientizar-se de suas capacidades, só assim é possível sair do vício da pobreza.

As respostas aqui descritas foram consideradas exemplares para expor os sentidos de compreensão sobre o que é a pobreza. Mais difícil do que selecionar 435 respostas é categorizá-las agrupando-as em blocos de sentido comum. Desse modo, estabelecemos quatro pontos importantes, a saber: Pobreza numa perspectiva moral, Educação e pobreza, Pobreza como condição de inferioridade e Pobreza numa perspectiva sociopolítica.

POBREZA NUMA PERSPECTIVA MORAL

No romance *A hora da estrela*, de Clarice Lispector, a personagem principal Macabéa é para muitos o retrato da pobreza urbana no Brasil. Sem perspectiva de uma vida melhor, Macabéa aceita com resignação as iniquidades da vida na metrópole. Sua palidez moral, sua prostração frente aos desafios de viver na pobreza constroem um arquétipo do pobre enquanto um sujeito desmotivado, infeliz, porém, resignado.

Quem sabe se Macabéa já teria alguma vez sentido que também ela era à-toa na cidade incoquistável. O Destino havia escolhido para ela um beco no escuro e uma sarjeta. Ela sofria? Acho que sim. Como uma galinha de pescoço mal cortado que corre espavorida pingando sangue. Só que a galinha foge — como se foge da dor — em cacarejos apavorados. E Macabéa lutava muda (LISPECTOR, 1998, p. 65).

A personificação de Macabéa aparece muitas vezes nas falas dos entrevistados. Para um agente educacional, “Pobreza é muito mais do que [ter] condições econômicas escassas. Abrange também, condições de conhecimento e estado de espírito individual do ser humano”. Outro ressalta ainda que, a pobreza advém do “fato de umas pessoas estar vivendo em uma condição precária sob todos os aspectos e não conseguir ver expectativa de mudança dentro de em um âmbito em sua vida” (agente educacional), realocando o problema para o campo das atitudes perante a vida. Essa visão é elevada a ideia de consciência sobre a situação de “ser pobre”, isto é, a pobreza passa a ser vista como “falta de cultura, informação, falta de condições financeiras, falta de autoestima etc.” (coordenador municipal do Bolsa Família).

A pobreza evidente dos beneficiários do Bolsa Família é deslocada do plano econômico para o plano moral. Um membro da equipe pedagógica afirma, por exemplo, que os pobres, na verdade, são “pessoas pobres de espírito”; “Pobreza para mim é o nada, a miséria, o fracasso, é o sentir-se pequeno, miserável, sem conhecimento” (membro equipe pedagógica). Emergem das falas concepções muito difusas de pobreza, que caminham entre a falta de recursos materiais e a falta de agência sobre a vida:

“Envolve desde a falta de recursos financeiros até a falta de amor próprio” (membro equipe pedagógica).

“É a falta de oportunidade, de discernimento para conseguir seus objetivos” (professor rede estadual).

“Pobreza é, em termos humanos, ausência total de sonhos e perspectivas; em termos materiais péssimas ou nenhuma

condição habitacional, saúde etc.” (professor rede municipal).

“É o contexto construído por ações desprovidas de foco” (professor rede municipal).

“Ausência de sonhos e anseios” (professor rede municipal).

Aqui vale a pena apontar, de modo mais claro, como essas falas revelam a valoração moral da pobreza, “ausência de sonhos”, “falta de discernimento”, “falta de amor próprio”, elas denotam o deslocamento da falta de bens materiais para a culpabilização dos indivíduos. Assim, nesse aspecto, cabe ressaltar que mulheres, negros, pobres e outros grupos submetidos à exclusão e a marginalização na vida social, sofrem, como bem lembram Fraser e Honneth (2006), uma exclusão híbrida. Ela deriva de várias situações vividas por esses grupos. Essas modalidades de marginalização dão origem a inúmeras formas de preconceito, portanto, uma política social que pretende a diminuição das desigualdades, deve, primordialmente, preparar os agentes públicos para a diversidade cultural.

EDUCAÇÃO E POBREZA

Alguns dos entrevistados relacionam o acesso precário à educação formal, ou mesmo a suposta falta de interesse dos pobres, como causa da pobreza. Nessa perspectiva, a educação aparece como boia salva-vidas, somente através dela poder-se-á superar as condições desiguais em nossa sociedade. A pobreza, pura e simplesmente, é “a falta de conhecimento” (agente educacional) e, ainda, “pode ser a ausência de possibilidades no campo da informação e do conhecimento que não possibilitem o avanço na busca de oportunidades” (coordenador municipal do PBF).

É interessante perceber como na prática cotidiana da assistência e da educação os fatores preponderantes que moldam a visão de mundo sobre a pobreza tem um deslocamento do monetário para o moral e deste para a educação, no entanto, algumas falas mesclam esses fatores:

“[Pobreza é] falta de conhecimento e de vontade de buscar o que precisa. Não só falta de dinheiro” (professor rede municipal).

“Pobreza é a falta de alimento, é a miséria. É falta de incentivo e de busca das pessoas que acabam se apoiando na comodidade, ficando condicionadas a não buscarem um crescimento e formas de desenvolver suas habilidades” (professor rede estadual).

Esse discurso, além de ser moralmente referenciado, encontra sentido na própria configuração das políticas de transferência condicionada de renda, é semelhante ao seu desenho. Para ser beneficiário, como já descrevemos, é necessário o cumprimento de obrigatoriedades, entre elas as referentes à educação escolar. Ao obrigar um indivíduo a utilizar um serviço público que é direito garantido na constituição, o Estado está reforçando (ou cobrando duplamente) uma obrigação já presente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No entanto, a condição de pobreza parece suspender a capacidade de refletir dos agentes sociais. Chancela ao fiscal da assistência social, seja ele o professor ou o coordenador de políticas sociais, o poder de cobrar duas vezes, suspendendo o direito de o pobre contrapor-se, ou de mostrar vontade própria. Certamente que reforçar a importância da educação na quebra dos ciclos intergeracionais de pobreza é de fato importante, mas, aqui se trata de perceber como a prática profissional constrói o sujeito pobre como o outro, o indesejável, o

inferior, àqueles cujo único fazer deve ser o de cumprir condicionalidades.

A educação também é a forma pela qual se diminui as condições que estabelecem as desigualdades sociais, “o *status* adquirido por meio da educação acompanha o indivíduo por toda a vida com o rótulo de legitimidade, porque foi conferido por uma instituição destinada a dar aos cidadãos seus justos direitos” (MARSHALL, 1967, p. 102). Muito embora se fale de acesso à educação escolar como meio para romper as barreiras da exclusão social, esse discurso aparece imbricado de valoração moral. Essas constatações nos levam ao próximo bloco.

POBREZA COMO CONDIÇÃO DE INFERIORIDADE

Na compreensão dos agentes sociais entrevistados, a pobreza é constituída por uma gama de fatores, sejam eles simbólicos ou materiais. Esses fatores tornam a pobreza um fenômeno multidimensional (SEN, 2000), se por um lado ela não é somente ausência de renda, por outro ela parece indicar algo semelhante a uma “falta de dignidade generalizada”. Em outras palavras, os pobres são percebidos como pessoas sem dignidade, sem direito a ter direitos, portanto, devem, e isso precisa ficar sublinhado, aceitar a condição de inferioridade para receber a assistência de acordo com a visão de mundo daqueles que são responsáveis por ela. Assim, a relação entre a instituição e os indivíduos pobres ratifica a assimetria no enfrentamento à pobreza (poder discricionário), e, embora assimétrica, tal relação não deve ser naturalizada, em detrimento da promoção da cidadania.

“Pobreza equivale a pessoas viverem sem dignidade, sem respeito e acima de tudo as injustiças sociais” (agente educacional).

“Pobreza é uma condição humana desfavorável, onde o indivíduo não possui as necessidades básicas atendidas: habitação, alimentação, vestuário, saneamento básico, entre outros” (técnico do PBF).

“Pobreza é você não ter como realizar seus sonhos, é passar fome” (gestor municipal do PBF).

“É estar à margem de todos os seus direitos. (Educação, moradia, valores, oportunidades)” (professor da rede estadual).

“Pobreza é uma situação de fundo de poço que o Ser Humano chega e se estagna” (professor da rede estadual).

Pensar a assistência com base nas representações que produzem os agentes, gestores e populações assistidas, é imprescindível para uma lógica menos perversa na atenção às camadas populares. Evidenciando preconceitos e posturas pouco democráticas, é possível rever práticas e objetivos comuns. Assim, e, somente assim, será permitido passar da política social respaldada na lógica da caridade, para uma política social igualitária respaldada na lógica da solidariedade social. “Ao se manifestar piedade por alguém, está se caracterizando essa pessoa como sujeita de alguma debilidade, como alguém que só pode superar suas limitações com a ajuda que a pessoa compassiva pode oferecer” (CAPONI, 2000, p. 21). No entanto, é fulcral compreender a importância dos aspectos materiais da pobreza, porque é justamente pela descentralização deles na teoria social e nas propostas pedagógicas para a escola pública, que, sem tal compreensão, as carências materiais são transformadas em carências morais e intelectuais. Os problemas centrais destas

concepções como vêm, nas falas dos entrevistados, é que os pobres são descritos como sujeitos carentes, inferiores em capacidade de atenção e aprendizado de valores democráticos, estão no “fundo do poço”. Essas concepções essencialmente reducionistas, espirituais e moralistas da pobreza, inferiorizam e segregam os pobres, ignorando os efeitos da vida na pobreza material. São visões fatalistas da pobreza e, de alguma forma, naturalizam as desigualdades sociais.

PERSPECTIVA SOCIOPOLÍTICA DA POBREZA

Encontramos, também, agentes cuja concepção está ampliada para além da manifestação da pobreza na conduta moral dos pobres. Alguns dos entrevistados consideram a pobreza um fenômeno externo aos sujeitos beneficiários do PBF, sendo assim, o pobre é resultante de um processo histórico de exploração e de desigualdades sociais. Se por um lado há interpretação reducionista e moralizante da pobreza, que acaba por ocultar os processos sociais que constituem as desigualdades, por outro lado a visão sociopolítica compreende que aos pobres são negados os direitos mais básicos, como, alimentação, moradia, trabalho, renda etc. Nesse sentido, as falas, que aqui transcrevemos, ressaltam a pobreza como uma barreira para o exercício da cidadania. Assim, para alguns agentes educacionais, técnicos e professores, a pobreza é constituída por:

“Limitações econômicas que dificultam o direito de exercer a cidadania. Acesso precário a alimentação, moradia, trabalho, saneamento básico, saúde, cultura” (agente educacional).

“São carências sociais que impossibilitam o acesso ao que foi produzido pela humanidade” (coordenador estadual do PBF).

“Resultado de um processo histórico de exclusão social, política e econômica” (coordenador municipal do PBF).

“Restrição e violação de direitos, invisibilidade social” (gestor municipal do PBF).

“Tradicionalmente é uma condição econômica que não permite satisfazer dimensões básicas e indispensáveis para a sobrevivência. Porém, condição humana que não se resume apenas no aspecto econômico, porque influencia e condiciona outras dimensões da humanidade” (professor da rede estadual).

Na concepção desses agentes, as políticas sociais desempenham um papel importante para a superação e o enfrentamento da pobreza. Somente através da transferência de renda direta é possível combater a fome, em primeira instância, e garantir o acesso à educação e a saúde em longo prazo. Essa concepção enfrenta o desafio do preconceito, visto que o próprio Programa Bolsa Família é entendido por muitos de seus agentes responsáveis como um desestímulo ao trabalho, ao estudo e à capacitação. Com base, como assinalamos acima, em uma visão reduzida sobre a sociedade, a trajetória social dos indivíduos é vista como um conjunto de fracassos e sucessos que dependem da ação solitária dos pobres. Uma lógica individualizante que divide os pobres entre aqueles que merecem pelo esforço que realizam e aqueles que não merecem e que fracassam, pela preguiça. Essas concepções se refletem nas falas daqueles que têm por objetivo coordenar as ações de assistência social no âmbito do próprio programa, eles veem o Bolsa Família como incentivador de “comodismo de muitas pessoas que deixam de buscar por um emprego” (coordenador estadual do PBF).

Parece-nos muito relevante que 92 respondentes tenham descrito a pobreza como falta de oportunidades, ao afirmarem isso, estão dizendo que a pobreza pode ser superada através da geração de oportunidades por meio do emprego, da escolarização, da postura pessoal frente às iniquidades etc. Oportunidades e recursos concretos não estão nas mesmas frases, mas são atravessados pela ideia de motivação individual. A busca pela oportunidade de obter recursos passa pela motivação de sair do “vício” da pobreza. Cada indivíduo deve responder por si sobre sua situação de pobre, o Estado deve, somente, oferecer saúde e educação. Nesse sentido, o papel da educação vai além da preparação do indivíduo para o mercado de trabalho, ela precisa fazer o pobre discernir entre o certo e o errado, por isso, a frequência da palavra “valores” é vista com certa relevância, “a pobreza é a falta de fé, valores e dinheiro” (professor da rede estadual).

Smith (1996, p. 342) escreveu que a causa primeira do aumento de riqueza é a “parcimônia”, através da qual se desdobra o desejo de melhorar a vida, “um desejo que herdamos do seio materno e nunca nos abandonará até a sepultura”. Essa ideia, transformada em ação social, caracteriza o pensamento liberal desde o século XIX. Nessa perspectiva, a acumulação de riquezas se dá em razão da abstinência perante a vida, em contraposição, “os pobres eram pobres porque não tinham o caráter necessário para praticar a abstinência” (CHANG, 2013, p. 197). Como visto até aqui, essas ideias estão fortemente vivas e globalmente aceitas por parte de muitos programas de transferência de renda. Tais programas incorporam em suas práticas noções de ativação individual e pouca elegibilidade, isto é, ativação individual para

tornar-se independente, pouca elegibilidade para que um determinado benefício social não se transforme em modo de vida.

Viver um conjunto de carências rudimentares, quase arcaicas, como a falta de energia elétrica, seguramente, impede o desenvolvimento de capacidades, tal como delinea o PBF, ao serem tolhidas de desenvolver suas funções humanas e sociais, as pessoas pobres acabam por não fazer parte do jogo democrático. A expansão e a experiência dos direitos sociais fazem com que as pessoas possam constituir uma personalidade autônoma e integrada ao mundo público, expressão última da condição humana (ARENDR, 2005). Assim, a pobreza, podemos afirmar, não é mera falta de recursos materiais, mas, é, portanto, privação das capacidades (SEN, 2000) e não desenvolvimento de funções humanas importantíssimas – o que se traduz na vergonha de ser assistido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: REPENSAR A SUPERAÇÃO DA POBREZA

Para os historiadores e sociólogos são evidentes as transformações das relações sociais e da pobreza ao longo dos séculos (GEREMEK, 1987; CASTEL, 1995; PAUGAN, 2014). Uma variedade de trabalhos nos Estados Unidos e na Europa lograram compreender as transformações da função assistencial e o combate à pobreza ao longo do século XX (PAUGAN, 2014) e, mais precisamente, as oscilações da assistência de acordo com a conjuntura econômica das sociedades industriais. Piven e Cloward (1993) demonstram, desse modo, que a função principal dos

programas sociais tem sido a de conter e regular, em meio às crises do modo capitalista de produção, as erupções nas fases de recessão e de desemprego massivo. Logo, essa função desaparece, com o desenvolvimento, principalmente em países outrora emergentes como o Brasil, para dar lugar à outra forma assistencial. Surge, assim, uma assistência voltada à inserção dos pobres no mercado de trabalho formal e, também, informal. Isso é logrado, muitas vezes, com uma redução drástica no subsídio ou benefício monetário, fazendo com que os pobres prefiram o mercado informal ou precário à assistência.

Como bem mostrou Simmel (2007), a assistência enquanto categoria sociológica guarda três princípios fundamentais: a) ela é pessoal e somente cobre necessidades pessoais; b) ela satisfaz mais ao Estado do que ao próprio beneficiário; c) a assistência é por definição conservadora “se funda sobre a estrutura social, qualquer que ela seja [...] Não há razão alguma de ajudar o pobre do que a manutenção do status quo social” (SIMMEL, 2007, p. 24). No entanto, sabemos que no Brasil, é necessário, sim, que exista assistência, e os motivos são: a profundidade da exclusão social, a correlação pobreza-raça, os processos de exclusão social sistemáticos aos mais pobres, seja na cultura, no lazer, ou até mesmo no espaço público. Além disso, a pobreza pode ser considerada fruto da desigualdade política e jurídica, expressões últimas da greta entre as classes no país.

Com a construção da democracia no Brasil e a Constituição Federal de 1988, os serviços sociais básicos foram paulatinamente descentralizados pelo Estado. É nesse momento que os estados e municípios passam a ter mais autonomia na gestão dos recursos e programas sociais. Mas, de fato,

isso se efetiva somente no final do governo de Fernando Henrique Cardoso e início do governo Lula, em princípios dos anos 2000. A gestão descentralizada contribuiu para a desburocratização dos serviços públicos, mas, também, trouxe alguns desafios para o sucesso concreto de políticas sociais, tais como, o Bolsa-escola, o Vale gás, o Programa de erradicação do trabalho infantil (PETI) e, mais tarde, o Programa Bolsa Família.

O principal desafio, que ora consideramos um fator fundamental na erradicação da fome e da pobreza, é a aplicação prática de um serviço público, sua implementação. Lá na ponta, onde a fronteira entre o público e o privado tem sua delimitação um pouco turva, o sucesso de um determinado programa social pode ser colocado em xeque ou pode se efetivar. Dependendo do contexto político e social, a luta contra a pobreza pode transformar-se em luta contra os pobres. Essa é mais uma das tantas barreiras sociais enfrentadas pelas camadas empobrecidas da população brasileira, tão diversa cultural e socialmente.

Para o filósofo israelense Margalit (1996), uma sociedade civilizada pode não ser uma sociedade decente, em outras palavras, numa sociedade dita decente as instituições não humilham os indivíduos, já numa sociedade civilizada os indivíduos não se humilham entre si. No caso brasileiro, vimos que o limiar entre a solidariedade e a humilhação entre os indivíduos e as instituições é um fato importante para compreendermos e repensarmos a luta contra a pobreza. Ainda que pareçam universais os sistemas simbólicos, e neles incluiríamos o trabalho, a moral, a obstinação pessoal etc., eles são arbitrários e, na prática concreta, são transformados em violências simbólicas constituindo mais um obstáculo aos sujeitos pobres. Tal ignorância

que constitui a pessoa comum deriva de duas razões: uma racionalidade limitada da qual dispõe (ou mesmo pelo tipo de racionalidade), e porque o cotidiano, ao naturalizar-se através do costume, não constitui parte de um juízo reflexivo, ou seja, não é posto em questão pelos indivíduos, transformando-se em *habitus*: “O mundo prático que se constitui em relação com o *habitus* como sistema de estruturas cognitivas e motivadoras é um mundo de fins já realizados [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 87).

Ao culpabilizar homens e mulheres pobres pelas condições enfrentadas por eles e elas, os agentes institucionais delegam aos indivíduos a responsabilidade pela superação da pobreza, caso alcancem sucesso, os raros exemplares são tratados como vencedores. Muito embora essa visão não seja consciente, isto é, não é caracterizada como uma ação com finalidade, ela constitui-se como visão dominante e pouco reflexiva sobre suas contradições internas. Por outro lado, ganha corpo, pois precisamos falar da capacidade de gerir dos beneficiários, em sua maioria mulheres, de certo grau de independência econômica. Ora, ao transferir diretamente renda regular por meio de um cartão magnético, fica evidente o desenvolvimento de uma postura mais autonomista, o beneficiário deixa de ser uma presa fácil das estruturas tradicionais de dominação, principalmente aquelas que dizem respeito à vontade política e moral (coronelismo) (REGO e PINZANI, 2013). Mesmo assim, o Estado está ausente, porque, paradoxalmente, ainda quando se compromete a assistir o faz por meio de agentes públicos desinformados, portadores de preconceitos que não correspondem com o enfrentamento à pobreza.

Esse problema fora muito bem enfatizado por Sennett (2004), o “direito ao respeito” é fator primordial na função pedagógica do Estado de criar um ambiente de solidariedade entre os cidadãos, somente por meio desse ambiente é que os indivíduos garantem liberdade e autonomia e se transformam em singularidades. Conjuntamente às políticas de justiça social, o Estado brasileiro precisa criar políticas de formação de demandantes de direitos civis, políticos e sociais (MARSHALL, 1967). Repensar a luta contra a pobreza significa a institucionalização da presença cívica dos sujeitos de direito, em outras palavras, significa construir um conjunto de ações voltadas à característica mais fundamental de nossas sociedades, a solidariedade.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **Condition de l'homme moderne**. Paris: Pocket, 2005.

AVERSA, L; DALLMANN, J. M.; GARCIA, A. **Perfil geral dos cursistas do curso de especialização em educação, pobreza e desigualdades sociais**. Florianópolis: EdUFSC, 2017.

BOURDIEU, P. **El sentido practico**. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2007.

CAPONI, S. **Da compaixão a solidariedade: uma genealogia da assistência médica**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

CASTEL, R. **Les metamorfoses de la question sociale**. Une chronique du salariat. Paris: Fayard, 1995.

CHANG, H. **23 coisas que nos contaram sobre o capitalismo**. São Paulo: Cultrix, 2013.

FRASER, N; HONNETH, A. **Redistribución o reconocimiento?** Um debate político-filosofico. Madrid: Ediciones Morata, 2006.

GEREMEK, B. **La potence ou la pitié**. L'Europe et les pauvres du Moyen Âge à nos jours. Paris: Gallimard, 1987.

LISPECTOR, C. **A hora da estrela**. São Paulo: Rocco, 1998.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. *In*: MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar. 1967, p. 57-114.

MARGALIT, A. **The decent society**. Cambridge (USA): Harvard University Press, 1996.

BRASIL. Ministério da cidadania. **Bolsa Família beneficia mais de 13,7 milhões de famílias em junho**. Disponível em: <http://mds.gov.br>. Acesso: 26 jun. 2018.

PAUGAM, S.; COUSIN, B.; GIORGETTI, C.; NAUDET, J. **Ce que les riches pensent des pauvres**. PARÍS: SEUIL, 2017.

PAUGAM, S. Los ciclos de solidaridad hacia los pobres. *In*: CASTEL, R.; DUVOUX, N. **El porvenir de la solidaridad**. La Plata: Nueva Visión, 2014.

PIVEN, F.; CLOWARD, R. **Regulating the poor**. New York: Vintage, 1993.

REGO, W.; PINZANI, A. **Vozes do bolsa família**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. 1 Ed. Trad: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNETT, R. **Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SIMMEL, G. **Les Pauvres**. Paris: Quadrige, 2007.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas**. Editora Nova Cultural, 1996.